

Boiadas e bastidores (1916-1946): indícios sobre a construção do consenso sobre o zebu

Cattle drives and behind-the-scenes dealings (1916-1946):
suggestions on building consensus about zebu

João Pedro Passos de Barros Borges
Mestrando em Ciências Sociais
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
passospbb@gmail.com

Recebido: 19/09/2025

Aprovado: 12/03/2026

Resumo: O objetivo deste trabalho é construir uma sintonia entre os estudos sobre os criadores de gado do Triângulo Mineiro e a literatura referente ao empresariado e ao patronato rural. Metodologicamente, a pesquisa ampara-se na revisão de literatura sobre as entidades do patronato rural e na análise de fontes primárias — incluindo os documentos parlamentares e de outras entidades ruralistas ligados a Fidélis Reis, como a revista A Lavoura e as primeiras edições da revista Zebu, da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro. O escrutínio dessa documentação permite indiciar as estratégias de formação de poder político e a construção do consenso em torno do zebu. A consequência teórica do artigo é a ruptura com a imaginação de uma oligarquia rural de caráter recessivo, evidenciando um projeto de modernização forjado ainda nas bases da suposta 'República oligárquica'.

Palavras-chave: Patronato Rural; Zebu; Triângulo Mineiro.

Abstract: The objective of this work is to establish a connection between studies on cattle ranchers in the Triângulo Mineiro region and the literature concerning rural entrepreneurship and patronage. Methodologically, the research relies on a literature review of rural patronage entities and the analysis of primary sources—including parliamentary documents and those of other rural entities linked to Fidélis Reis, such as the magazine A Lavoura and the first editions of the magazine Zebu, from the Rural Society of the Triângulo Mineiro. The scrutiny of this documentation allows us to identify the strategies for forming political power and building consensus around zebu cattle. The theoretical consequence of this article is a break with the imagination of a recessive rural oligarchy, highlighting a modernization project forged on the foundations of the supposed 'oligarchic Republic'.

Keywords: Rural Patronage; Zebu; Triângulo Mineiro.

Introdução

Conforme a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), o Brasil ultrapassou em 2025 os Estados Unidos e se consolidou como o maior exportador de carne bovina do

planeta Terra. O país do futuro parece possuir, contudo, seus elementos mais recessivos. Como pode uma liderança econômica e exportadora de mercadorias reproduzir atividades subdesenvolvidas?

O autor Francisco de Oliveira, no livro “Brasil: uma biografia não autorizada” (2018), aponta que é justamente esse o progresso do subdesenvolvimento, pois ele não se trata da ausência de modernização, mas de uma forma típica de modernização nos países que tiveram suas revoluções burguesas interrompidas.

A problemática das revoluções interrompidas é desenvolvida por Florestan Fernandes (2025, p. 139-203) e diz respeito ao controle dos processos políticos pela burguesia compradora, a interrupção dos processos de democratização, dando ênfase a uma análise dos elementos recessivos da política brasileira e as combinações peculiares de dependência, patrimonialismo e relações de mercado na dominação de classes do país. A partir dele e de Francisco de Oliveira, coloca-se que, para refletir a respeito do “subdesenvolvimento”, é necessário dar maior atenção às classes dominantes.

Essa conjunção permite aprimorar o debate sobre subdesenvolvimento para pensar o controle do processo político fornecido pelos setores tradicionais na longa duração da história republicana. Considerando tais pressupostos e interrogações que o trabalho busca, ao dar relevância à exportação de carne bovina, destacar que essa carne é do gado zebu.

Portanto, advoga-se por uma nova perspectiva de estudos regionais sobre Uberaba, o Triângulo Mineiro e o “Brasil Central”, evidenciando o poder político dos criadores de gado zebuino e sua relação com o processo de modernização. Trata-se de pensar as bases do Estado republicano brasileiro e o lugar que a pecuária zebuina ocupou.

A esse respeito, é necessário superar um dualismo típico das pesquisas regionais sobre os pecuaristas de Uberaba e o lugar que o patronato rural teve em outras pesquisas. Evoca-se, portanto, a necessidade de sintonizar a literatura e superar alguns estigmas. Pretende-se apresentar indícios dessa superação, não somente pelo contraste entre a literatura regional e o restante da produção nacional, mas de como figuras típicas da pecuária brasileira aparecem em outras produções bibliográficas ocupando lugares antagônicos ao lugar comum de “coronel”. Tais indícios da literatura secundária serão complementados por fontes primárias que indiquem consonância com o que está sendo proposto, a fim de apresentar novos caminhos para pensar a classe dominante dos criadores de zebu.

O procedimento analítico é dividido em dois momentos. O primeiro deles é a comparação dos argumentos propostos pela análise da “história social das elites” uberabenses com os estudos do “patronato rural” em suas entidades; isto é, um balanço de literatura. Por conseguinte, é possível retomar algumas das fontes apresentadas e discutidas pelos historiadores que se dedicaram a estudar o patronato rural para ampliar os indícios de que os criadores de gado zebu foram um elemento recessivo no sentido democratizante, mas não o foram em relação ao processo de modernização e da ampliação das relações de mercado e indústria no país. Tais fontes configuram o acervo parlamentar de Fidélis Réis, a revista *A Lavoura* e a revista *Zebu*.

A nova história dos coronéis culturalistas

A historiografia regional, especialmente influenciada pelos novos estudos culturais, produziu uma interpretação a respeito da classe dominante em um longo marco temporal. O livro “A metrópole imaginária” (2020), de André Azevedo Fonseca, trata do início do período republicano até as décadas de 1940-1950.

A centralidade analítica do livro é a proposta de subverter um dado conceito de ideologia enquanto “falsa consciência” e dar lugar a imponência cultural e a dominação regional como elementos recessivos de um grupo oligárquico próprio à cidade. A pesquisa segue uma análise temporalmente extensa a partir da literatura secundária, organizando uma intersecção entre obras acadêmicas e de memorialistas, e somente um recorte temporal inferior é permeado pela análise documental.

O centro do argumento de Fonseca é o de que, após a “Revolução de 1930”, gradualmente, os grupos oligárquicos perderam espaço político e econômico para novas lideranças e ficaram circunscritos a uma circularidade social/cultural. Eles prestavam homenagens uns aos outros, organizavam práticas cerimoniais e as publicavam nos jornais, forjando um contraste entre a imaginação de modernização e a decadência que lhe é própria.

Destarte, o enfoque culturalista reproduz um de seus típicos problemas: abandona a reflexão sobre o poder (MENDONÇA; FONTES, 2012, p. 60), pois a pressuposição da “Revolução de 1930” acaba por negar o lugar dos latifundiários no bloco no poder nos períodos consequentes. Assim, Fonseca presume que 1930 representa uma ruptura revolucionária contra os grupos oligárquicos (SODRÉ, 1967). A consequência é que a sua análise depende da polarização entre arcaico e moderno e sua cristalização no conflito entre os ruralistas e o mundo urbano-industrial.

É este o entendimento regional e de um tipo específico de produção da história social das elites que procura demonstrar indícios de incompletude e desenhar a possibilidade de uma abordagem que demonstre o lugar progressivo que esses grupos exercem.

As bases fundacionais da república e o ruralismo brasileiro

A transição do império para a república e o processo de consolidação da hegemonia paulista é a trajetória de três entidades classistas: a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Sociedade do Herd Book Zebu (SHBZ).

Rodrigo Goyena Soares (2024), em “Entre Oligarquias: As origens da república brasileira (1870-1920)”, detalha como as políticas do final do Império, como as de Rio Branco, tentaram salvar a cafeicultura do Vale do Paraíba, mas acabaram por acelerar a financeirização da elite fluminense. Enquanto isso, o centro produtivo do país se desloca para o Oeste Paulista, num sistema econômico cujo lastro financeiro era a escravidão, com os cativos servindo de garantia para hipotecas, fianças e penhoras.

No seio desses interesses, os grupos paulistas não aceitaram mais a concentração bancária fluminense e os militares tinham o seu próprio projeto de um Estado nacionalista, racionalizado e industrial (SOARES, 2025). Essa confluência de motivações revelou a abolição e o republicanismo como uma forma de consolidar a hegemonia paulista, garantindo-lhe maior acesso ao crédito e impedindo a insolvência generalizada da economia nacional.

A obra de Francisco de Oliveira permite pensar que a abolição expulsou os custos de reprodução da força de trabalho e consolidou o “efeito-troca”, isto é, um mercado interno para bens de subsistência (OLIVEIRA, 1977). Além disso, as práticas de subsistência desse semi-campesinato exerceram um trabalho de manejo do solo que foi aproveitado para a expansão do pastoreio (OLIVEIRA, 1981).

Concomitante a esse processo de expansão do pastoreio, é necessário considerar as instalações dos frigoríficos internacionais no país, pois a hegemonia dos cafeicultores assume na Sociedade Rural Brasileira (SRB), fundada na década de 1910, sua expressão organizativa. Em Villaça (2022), é possível compreender que a entidade não foi fundada somente por cafeicultores de São Paulo, mas também por ingleses, estadunidenses (dirigentes de grandes frigoríficos internacionais) e mato-grossenses.

Mais do que representar a elite cafeeira, a SRB atuou como mediadora do capital internacional, buscando aliviar tensões imperialistas no mercado de carnes ao abrir o Brasil para os Estados Unidos — visto que a Argentina concentrava suas exportações para a Inglaterra. Sob a ótica de Arrighi (1998), é possível apartar desenvolvimento e industrialização e dar enfoque ao processo de "periferização da atividade industrial", onde o núcleo orgânico do sistema-mundo se apossa da menor pressão competitiva e do baixo custo do capital variável para exploração de excedentes na periferia.

A materialização desse processo de periferização pode ser observada na rápida desnacionalização e oligopolização do setor frigorífico brasileiro. Embora a vanguarda do setor tenha sido nacional — com a fundação da Cia. Frigorífica e Pastoril de Barretos, em 1910, responsável pela primeira exportação de carne resfriada — a Primeira Guerra Mundial impulsionou a entrada maciça de capital estrangeiro em busca desses excedentes. Gigantes norte-americanas, como Armour, Swift e Wilson, e o capital britânico (gerido pelos irmãos Vestey) instalaram suas plantas no país, expandindo drasticamente a capacidade de abates.

As crises de superprodução nos anos 1920 aceleraram a concentração do setor: o grupo Vestey absorveu as principais instalações nacionais. Culminou-se, em meados da década de 1930, na consolidação de um oligopólio formado por quatro corporações estrangeiras — Anglo (britânica), Armour, Swift e Wilson (norte-americanas) —, que passaram a controlar cerca de 95% da capacidade nacional de abate bovino e 87% de suínos e ovinos (SZMRECSÁNYI; SUZIGAN, 2002), evidenciando a captura da nova fronteira pastoril pelo grande capital internacional.

Do lado fluminense e decadente, a fundação da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), em vista da crise do império, já contava com a propulsão de um projeto. Como demonstrou Felipe de Melo Alvarenga (2025) em “Terra e trabalho na ‘crise’ do corredor cafeeiro: projetos senhoriais, crimes cotidianos e contratos de trabalho entre o final da escravidão e o pós-abolição (Vale do Paraíba Fluminense, 1878-1916)”, é possível perceber que o deslocamento produtivo implicou uma crise e o conflito na transição era centrado na propriedade, dado que a formalização da propriedade como do senhor, permitiria que o escravizado ou camponês não tivesse direito ao excedente produtivo, o que era implodido e combatido por crime, roubo e mercado paralelo. As tensões no período de transição correspondem à definição das relações de propriedade e produção.

Os projetos senhoriais fluminenses vão se encaminhar, ao longo da primeira república, para o controle do aparelho de Estado e a aglutinação das frações da classe dominante subalterna. Tecendo

um projeto que incluía mineiros, nordestinos, fluminenses e sulistas na Sociedade Nacional da Agricultura (SNA).

O discurso contra-hegemônico defendia a diversificação da produção agrícola e a tecnificação como instrumento de regeneração da agricultura nacional (MENDONÇA, 1997). Desenha-se um conflito mediado pela criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), entre a SRB e a SNA e seus projetos para o mundo agrário brasileiro (MENDONÇA, 1997; 2002; 2016).

Os projetos de modernização e tecnificação do campo, embora compartilhassem a reafirmação da “vocação agrícola” do país em oposição à industrialização, divergiam nas formas de realizá-la. Enquanto a SRB se dirigia aos grandes proprietários e defendia a mediação dos agrônomos como técnicos voltados ao ensino primário agrícola, a SNA atribuía a esses mesmos técnicos o papel de gestores das escolhas produtivas de uma base social mais heterogênea, difundindo práticas via cartilhas e manuais que visavam impor a lógica da produção mercantil até aos pequenos produtores.

No que diz respeito aos criadores de gado zebu, sua trajetória econômica está interligada a ampliação da malha ferroviária para dar suporte ao avanço do capital produtivo cafeicultor. A cidade de Uberaba era tida como um centro comercial durante o período imperial, dada sua localização geográfica que permitia uma intermediação entre o litoral e o sertão, contudo, a expansão das linhas de trem até a região prejudicou essa posição privilegiada. De tal maneira, as viagens de grandes fazendeiros da região à Índia aparecem como a possibilidade de obter uma posição social privilegiada e evitar a decadência.

Enquanto o Brasil se inseriu no mercado mundial de carne, o MAIC foi criado. Nesse cenário, os criadores do Triângulo Mineiro tinham na busca de um “gado nacional” a possibilidade de apresentar uma inovação que os permitisse maior reconhecimento social e até o financiamento do Ministério (MEDRADO, 2013).

O “gado chinês” — como ficou conhecido — não foi bem recebido por outros fazendeiros, especialmente os produtores de gado da SRB, que utilizaram os jornais e sua projeção para iniciar uma campanha de difamação (MEDRADO, 2016). As exposições de gado zebuino em fazendas privadas, temporalmente paralelas à criação do MAIC, eram tentativas de elevar o prestígio social do gado zebuino e permitir a ascensão política dos pecuaristas.

Medrado (2016) compara os criadores de gado zebuino ao empreendedor schumpeteriano, isto é, o agente da inovação capitalista que ligado a obtenção de crédito, se transforma no motor do

desenvolvimento econômico. Isso tem uma implicação própria à reflexão de Ângela de Castro Gomes (2002), que os grupos ruralistas eram próprios de um “liberalismo pragmático”, isto é, aceitavam a intervenção e proteção do Estado.

Há indícios, especialmente em Minas Gerais, com a construção de Belo Horizonte e o discurso de que a decadência mineira implicou na estagnação da região, da construção de um projeto de industrialização e modernização. Gomes (2005) apresenta diversos políticos e empresários de Minas Gerais que, desde a primeira república, estão pensando em um projeto de modernização. Por outro lado, Dulci (1999) destaca que os congressos industriais e a criação da capital planejada ainda dedicavam proximidades com os industriais, seja pela curta distância entre Belo Horizonte e Ouro Preto, seja pela constituição da Sociedade Mineira de Agricultura (SMA) e tardia constituição da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG).

Estavam postas, desde já, as bases que consolidam a longa duração dos acordos ao alto e ao afã da participação popular, bem como as relações orgânicas entre as oligarquias rurais e os industriais, bem como o inchado Estado patrimonialista para atender a esses interesses privados. A interação múltipla entre fatores progressivos e recessivos se dá dialeticamente e em reveses.

Getúlio Vargas e a emergência do “Brasil central”

A ascensão industrial é interpretada através do “deslocamento do centro dinâmico” (OLIVEIRA, 2009). Quando se menciona esse processo, a reflexão que se baliza é que um conjunto de fatores adversos causa o processo de industrialização. Isso é dado, por ser a queima do café para o controle de seu preço internacional que possibilita uma barreira tarifária para as indústrias nascentes. Essa reflexão, contudo, é limitada a uma causalidade mecânica e exterior que não pensa a presença do capital industrial estrangeiro — como já destacado no caso dos frigoríficos — nem as decisões políticas dos governantes.

O ato salvou a hegemonia paulista em crise, mesmo que o governante de origem gaúcha que o sucedeu tivesse sofrido represália dos grupos oligárquicos e industriais paulistas (SOUZA, 2018). A solução de Vargas levou à extrapolação do mercado de São Paulo e seus entornos, construindo a “economia nacional”, ou seja, a partir da “[...] operação de queima do café, keynesiana *avant la lettre*, se faz a ‘revolução passiva’, uma espécie de ‘18 de Brumário’ varguista.” (OLIVEIRA, 2009, p. 44).

O Ministério e os projetos de modernização e diversificação produtiva dos diferentes produtores rurais ganham, com o golpe de 1930 de Getúlio Vargas, um novo molde de ação política. O Estado passa a incorporar todos os estratos da classe dominante e a utilizar da tecnoburocracia e dos diversos aparelhos para mediar os interesses.

Tendo toda a classe dominante o acesso ao aparelho de Estado, suas estratégias têm de sofrer transformações qualitativas. A própria SRB precisou reacomodar sua agenda, tensionada pela incorporação de novos interesses regionais e setoriais — dentre eles, a defesa do zebu até a atenção maior à pecuária (MENDONÇA, 2016, p. 104).

A defesa da pecuária mudaria apenas de ênfase no pós 30, empenhando-se a agremiação em prol da modernização do setor, tanto em termos do aprimoramento da produção — com recomendações de cuidados especiais no trato das pastagens, combate a epizootias junto aos rebanhos —, quanto do da própria comercialização do produto, buscando inovar tecnologias próprias voltadas ao uso do frio na conservação das carnes ou mesmo à melhoria dos rebanhos — espécies existentes e a existir como padrão —, a serem multiplicados com vistas ao aumento da produtividade e da qualidade do produto, face à possibilidade de implementar sua colocação na pauta das exportações estaduais. Para isso, a entidade envidaria seus esforços, porém sempre, em princípio recusando-se acatar as determinações emendas do Ministério da Agricultura que umbilicalmente ligado à SNA, buscava a padronização também de uma espécie bovina “nacional”. (MENDONÇA, 2016, p. 113-114)

Assim, com o MAIC dividido entre a SNA e a SRB, o tema do zebu aparece como uma possibilidade para os paulistas.

Apoiando-se na formulação de Oliveira (2008), é preciso apreender que a consolidação do parque industrial paulista impôs uma subordinação às demais regiões, recriando características arcaicas locais (como um mecanismo de defesa anticapitalista diante de sua inserção no mercado nacional unificado). Sob essa ótica, o mercado interno transcende a mera realização de valores de uso; ele opera, como sugere Fontes (2022), mediante uma dialética de exclusão de modos alternativos de reprodução da vida e de estrita integração às relações mercantis.

Em decorrência desse processo, a penetração das mercadorias do Centro-Sul desarticulou as economias regionais periféricas. Essa dinâmica forjou uma divisão regional do trabalho estruturada no rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho local, propiciando uma acumulação diferencial extraordinária que beneficiava diretamente o polo hegemônico (OLIVEIRA, 2008).

A mercadoria paulista, que tem um frigorífico sediado em Barretos e discute qual é o “gado nacional”, é a mesma que concorre no mercado com os latifundiários do “Brasil Central”. Eles são

parte do que sustenta sua acumulação, mas expandem suas contradições, justamente porque implicam um processo constante de expansão das relações de mercado para o interior (OLIVEIRA, 2008).

Nesse processo, a pecuária de corte do Brasil Central assume um papel crescente, pois se torna a expansão das atividades econômicas e a unidade nacional entre o sertão e o litoral. Como observa Barsanufo Gomides Borges (2008), a atividade foi alçada ao centro do projeto de expansão do Estado Novo, vinculada à ideologia da Marcha para o Oeste e à estratégia de nacionalização do capital, ao mesmo tempo em que preservava a grande propriedade fundiária e as prerrogativas das elites tradicionais.

Os congressos pecuários realizados em Barretos (1941), Campo Grande (1943) e Goiânia (1945) foram fóruns privilegiados nos quais entidades regionais e nacionais disputavam subsídios, crédito e infraestrutura junto ao Estado, ao mesmo tempo em que resistiam a qualquer ameaça de reforma estrutural. O primeiro congresso, não por acaso em Barretos, forjou uma entidade que ligaria os grandes produtores de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais:

No I Congresso Pecuário do Brasil Central, realizado na cidade de Barretos, em 1941, foi definida a criação da Federação Pecuária do Brasil Central (FPBC). A entidade representativa dos grandes produtores e comerciantes de gado de corte da região enquadraria o associativismo agrário à legislação corporativista do Estado Novo. A Federação de base setorial e interestadual congregaria sindicatos e associações rurais do centro do país de acordo com a nova engenharia institucional. (BORGES, 2008, p. 45)

Com os pecuaristas integrados aos ditames corporativistas, suas demandas políticas também se interiorizaram no Estado brasileiro; à época, Estado Novo. De tal maneira que o “liberalismo pragmático” dos grupos ruralistas abre espaço para um discurso que inaugura uma preocupação efetiva com uma robusta política desenvolvimentista e antiliberal:

No discurso em defesa da criação da Federação Pecuária, proferido na abertura do I Congresso Pecuário do Brasil Central, o presidente da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, Rafael Kamprad, afirmava: a organização e a direção centralizadora impõem-se em toda parte. É indispensável, pois, que também na pecuária do Brasil Central se crie um órgão de direção e de controle... não pode evidentemente processo econômico de transcendência tão extraordinária permanecer entregue ao acaso da espontaneidade econômica. A época do liberalismo já passou.. (BORGES, 2008, p. 46)

Nessas arenas, a defesa da pecuária funcionava como eixo de síntese e de atrito: permitia a convergência em torno da racionalização produtiva e da integração ao capitalismo urbano-industrial

emergente, mas também expunha as contradições entre regiões e frações da classe dominante, sobretudo diante da necessidade de redefinir o lugar do “Brasil Central” no interior do bloco no poder.

É possível, a partir do que está posto, expor o argumento que já se estendeu aos manuais, da pecuária enquanto subsistema articulado a vários outros, seja a indústria, o capital estrangeiro, os bancos (crédito) e ao latifúndio, isto é, como elemento articulador no processo de “substituição de importações” (SZMRECSÁNYI, 2007, p. 135-261), mas também como parte de um projeto classista. O projeto classista e sua elucidação são o que interessa especialmente a esse trabalho. É necessário observar mais atentamente os livros e artigos citados para desdobrar possíveis conclusões da revisão de literatura.

Zebu como sujeito oculto da literatura

Como apontou Medrado (2016), a SRB e a SNA se manifestaram contra o gado zebu. A resposta deles não se resumiu às exposições e a dimensão do debate sobre o gado nacional também não se reduziu aos produtores rurais.

Clama-se por maior atenção ao lugar de Simonsen — importante liderança industrial, tendo sido presidente da Federação das Indústrias de São Paulo e da Confederação Nacional da Indústria (FIESP e CNI) — em meio a esse conflito, pois sua perspectiva é claramente “paulista”:

Na medida em que Simonsen reproduz esse discurso de uma vertente da zootecnia favorável à importação de reprodutores europeus, e à intensificação do mercado exportador de carne à Europa — ambos os mercados monopolizados pela Inglaterra, não é apenas a voz de um historiador que fala, mas a de um personagem envolvido com as políticas de incentivo à pecuária. Nessa linha de raciocínio seus textos confirmam a relação estreita entre o mercado de carne e o de reprodutores. O discurso de raceamento defendido por Simonsen favorecia a Inglaterra que desejava tanto exportar seus reprodutores quanto importar carne, ampliar seu consumo na Europa, o que significa que a discussão sobre a raça de gado mais adequada ao Brasil não era apenas diletantismo dos criadores ou uma resposta ao paladar dos consumidores, mas era atravessada por interesses do comércio internacional (MEDRADO, 2013, p. 43).

Assim sendo, a posição de Simonsen é de forte consonância com o projeto que fundou a SRB e sua orientação na construção de uma indústria pastoril no Brasil. Em seus posicionamentos e debates, Simonsen elogia o papel dos frigoríficos sem diferenciar sua estadia no Brasil com a nacionalidade dessa produção, como quando diz: “Ainda não foi devidamente apreciada a notável ação que essas

empresas vêm tendo no incremento da criação e na valorização das terras do interior” (SIMONSEN, 1973, p. 39).

O projeto de modernização de Simonsen, que perpassa a planificação por meio da centralização das decisões econômicas no Estado e o planejamento dos setores e a alocação de excedentes, tinha na agropecuária a capacidade de gozar das melhores condições. Como é possível aferir:

A parte nuclear de um programa dessa natureza, a planificação da economia brasileira, visando à elevação da renda nacional a um nível suficiente para atender aos imperativos da nacionalidade, tende a ser construída pela industrialização. Essa industrialização não se separa, porém, da intensificação e aperfeiçoamento da nossa produção agrícola, a que ela está visceralmente vinculada. De fato, em um país como o nosso, serão as indústrias mais intimamente ligadas às atividades agropecuárias as que usufruirão mais favoráveis condições de estabilidade e desenvolvimento. [...] A planificação do fortalecimento econômico nacional deve, assim, abranger, por igual, o trato dos problemas industriais, agrícolas e comerciais, como os sociais e econômicos, de ordem geral [...]. As maiores verbas da planificação seriam, sem dúvida, realizadas na eletrificação do país, na mobilização de suas várias fontes de combustíveis e na organização de seus equipamentos de transportes. Abrangeria o programa a criação de moderna agricultura de alimentação e a promoção de meios apropriados da nossa produção agrícola em geral (SIMONSEN, 1973, p. 304-305).

O pensamento de Simonsen não recusava o capital estrangeiro em sua planificação, nem tinha na agropecuária a visão de um atraso a ser superado. Enquanto liderança industrial, a aliança com setores pecuaristas e a possibilidade instrumental da inserção do capital estrangeiro eram tidas como possibilidades de alavancagem de seu projeto (DINIZ e BOSCHI, 1978). Por outro lado, chama atenção que Simonsen não somente se inseriu no debate público como industrial, mas como intérprete, articulando sociologia e um projeto político.

O marxista e descendente da cafeicultura paulista em crise, Caio Prado Jr., em “História Econômica do Brasil”, postulou que a pecuária marcou o início do desmantelamento das relações de produção do sistema colonial por meio de uma maior integração do mercado interno. Já o conservador e herdeiro da decadente 'açucarocracia' pernambucana, Gilberto Freyre, escreveu em “Nôvo Mundo nos Trópicos” (1971) um prefácio em que menciona o gado zebuino dos criadores de Uberaba. Para ele, isso era o exemplo da construção de uma civilização nos trópicos, onde a essência das relações econômicas capitalistas europeias se adaptaria às condições climáticas locais.

Portanto, não é difícil afirmar que a pecuária atraiu a atenção dos intelectuais sendo alçada a uma condição *sine qua non* para se pensar o país. Não se pode supor que tais debatedores estivessem reverenciando uma atividade econômica decadente; pelo contrário, eles debatiam o lugar que ela

ocupava, o que ela refletia e o papel que poderia desempenhar em projetos mais amplos de desenvolvimento.

A presença do zebu na literatura não se refere somente ao debate dos intelectuais clássicos, nem dos documentos coletados dos industriais varguistas. Ao que se é possível indiciar, a presença dos criadores de gado nos textos corresponde aos rastros que deixaram nas entidades já estudadas.

Se a SRB passou a falar em gado nacional após 1930 e o zebu apareceu como uma das possibilidades, em Mendonça, Medrado (2016) dá ênfase a construção material do espaço urbano, de maneira que a rodovia Br-050 é fruto de uma maior integração dos paulistas e triangulinos. Essa aliança parece clara na figura de Fidélis Reis, criador de gado e deputado.

Se o projeto, como defendido por Simonsen, presumia a importação de gado da Inglaterra para a constituição da indústria de transformação, é fundamental notar que os leilões de gado e o aprimoramento genético alteraram a composição orgânica do capital no setor, forçando uma recomposição do projeto inicial centrado no gado europeu. Ao nível interno do projeto da indústria pastoril, Villaça também apresenta uma menção a uma fonte primária que trata do zebu:

O sr. James Burr, zootecnista inglês, administrador das fazendas da Brazilian Cattle em Mato Grosso, organizou varias estancias, inclusive uma com uma população bovina de 44.000 rezes, onde teve a oportunidade de fazer duas experiências paralelas que são: 1., a de cruzar o gado creoulo com o Hereford; 2., de cruzar o meio sangue zebu com esta mesma raça, sendo incomparavelmente superior o resultado obtido com o meio sangue zebu e o Hereford, produzindo assim, por esta forma, um typo frigorífico de peso e precocidade não obtido por qualquer outra forma. (COTCHING apud VILLAÇA, 2022, p. 22)

A possibilidade de pensar o zebu é limitada, contudo, a mistura de raças. Ao que se percebe, no Mato Grosso havia alguém que tivesse disponível um gado de meio sangue zebu para fazer a mistura genética.

É a partir da figura de Fidélis Reis que as tensões políticas após o golpe de 1930 são apaziguadas na região de Uberaba (LOPES; REZENDE, 2019, p. 180). E, em meio a propulsão do projeto de industrialização no Estado Novo, Uberaba organiza, em 1934, a “Exposição-Feira Agro-pecuária e Industrial do Triângulo Mineiro”.

A proximidade com Getúlio Vargas não é a única marca da trajetória de Fidélis Reis, como se pretende demonstrar; em relação às entidades classistas, ele também atuava como mediador. A

fundação da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM), entidade que sucedeu a Sociedade do Herd Book Zebu, existiu a partir dos diálogos com os paulistas.

Nesse mesmo ano, a Sociedade Rural Brasileira havia eleito para sua presidência Bento de Abreu Sampaio Vidal — um empreendedor dinâmico da região de Araraquara, deputado estadual e futuro secretário da Agricultura no estado de São Paulo. Defensor do gado zebu, Sampaio Vidal entrou em contato com o criador uberabense João Machado Borges, estimulando a fundação de uma sociedade congênere no Triângulo Mineiro (LOPES; REZENDE, 2019, p. 188).

A feira industrial e pastoril foi utilizada para chamar a atenção das autoridades e para anunciar a organização da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM), a qual Fidélis Réis foi presidente até 1935. A criação da SRTM obteve como vitória política o serviço de Registro Genealógico (SRG), que balizou o zebu como gado brasileiro e permitiu o lugar estratégico da SRTM no desenvolvimento nacional. Não obstante, em acordo entre a SRB e a SRTM em 1940, ficaria definido que:

- a SRB reconhecia a prioridade do “Livro Único” de cada raça de origem indiana, oficializado no acordo entre a SRTM e o Ministério da Agricultura;
 - o seu campo de ação ficaria limitado ao estado de São Paulo;
 - 20% do valor das taxas cobradas pela SRB seriam enviadas à SRTM.
- (LOPES; REZENDE, 2019, p. 211)

De modo que o processo de legitimação se dá não somente a partir do Estado restrito brasileiro, mas a partir das entidades privadas. O consenso não é um exercício somente do arbítrio do poder político, mas da teia de alianças e bastidores que atuou com os criadores de gado.

Um exemplo das tensões inerentes a essa integração é apontado por Borges (2008) ao analisar o fim da Federação dos Pecuáristas do Brasil Central. O esfacelamento da entidade e o fortalecimento da Sociedade Goiana de Pecuária (SGP) decorreram, em larga medida, de uma divergência quanto à localização da planta industrial: enquanto os grupos paulistas buscavam centralizar a industrialização em Barretos, lideranças de Goiás e Mato Grosso passaram a exigir a interiorização dos frigoríficos.

Do rompimento com a federação, duas questões ficaram postas. A primeira é se havia um nível de conflito entre a pecuária de corte goiana e a venda de gado reprodutor/material genético pelo Triângulo Mineiro. A segunda, se há uma relação entre a proximidade geográfica do Triângulo, especialmente Uberaba com Barretos e possíveis contrastes de prioridades com a pecuária do restante do “Brasil Central”.

Tais respostas podem indicar os limites das relações entre a SRB, os frigoríficos estrangeiros e os criadores de gado do Triângulo após 1930. Por outro lado, independentemente das disputas

regionais, a pecuária de corte em Goiás, representada politicamente pela SGP, tinha o zebu como tipo bovino da produção. Isto significa que as tensões do patronato rural acompanharam o crescente consenso em torno do zebu.

Por outro lado, é curioso que a menção a Fidélis Réis também apareça como o epicentro ideológico do projeto contra-hegemônico na primeira república contra a SRB. Mendonça, no artigo “Grande propriedade, grandes proprietários: velhas questões, novas abordagens (1890-1930)”, se refere ao parlamentar e criador Reis para caracterizar o projeto da SNA:

Plenamente integrados ao surto diversificador da agricultura em curso nos Estados Unidos, esses agrônomos seriam emissários do triunfante industrialismo norte-americano e arquitetos de poderosos laços comerciais entre os dois países, uma vez que dos EUA deveriam prover a tecnologia, o capital e os mercados necessários para que a “moderna agricultura” brasileira ganhasse foros de realidade. No dizer do mineiro Fidélis Reis, agrônomo e dirigente da SNA: “Já era, pois, chegado o tempo de reagir para, mudando de rota, seguirmos direto a meta gloriosa de nossos destinos. É desse novo ponto de vista que nos devemos colocar... Assim, já nos tivesse aproveitado o exemplo brilhante dos Estados Unidos — que na melhor e mais completa organização de sua instrução técnica — foram solidamente alicerçar as bases indestrutíveis de sua riqueza e de seu progresso. (REIS APUD MENDONÇA, 2002, p. 176)

A questão é que, além do contato político com os paulistas, o último presidente da Sociedade do Herd Book Zebu e o fundador e primeiro da SRTM, ele também teria sido dirigente da SNA. Quando a autora aludia a uma união das frações subalternas da classe dominante, mencionava especificamente um criador de zebu.

Quando Dulci (1999) apresenta quais foram os presidentes da Sociedade Mineira de Agricultura, apresenta o nome de Fidélis Reis por duas vezes. O que indica que Reis, além de parlamentar, foi presidente da SNA, duas vezes presidente da SMA, o último presidente da SHBZ e o primeiro presidente da SRTM.

Fica evidente, portanto, que os criadores de zebu não se promoveram para ocupar cargos no Ministério, mas construíram uma teia de relações classistas entre as diversas representações corporativas. Essa elasticidade do zebu na sociedade civil é o que permite conceber que o zebu, nos bastidores das representações de classe, foi se tornando um consenso.

Atuação que, como é possível notar, excede o controle dos aparelhos administrativos municipais. Ao contrário, a agenda de promoção social e cultural do zebu está intimamente ligada a projetos de desenvolvimento industrial conduzidos após 1930, seja pelo crescimento de entidades

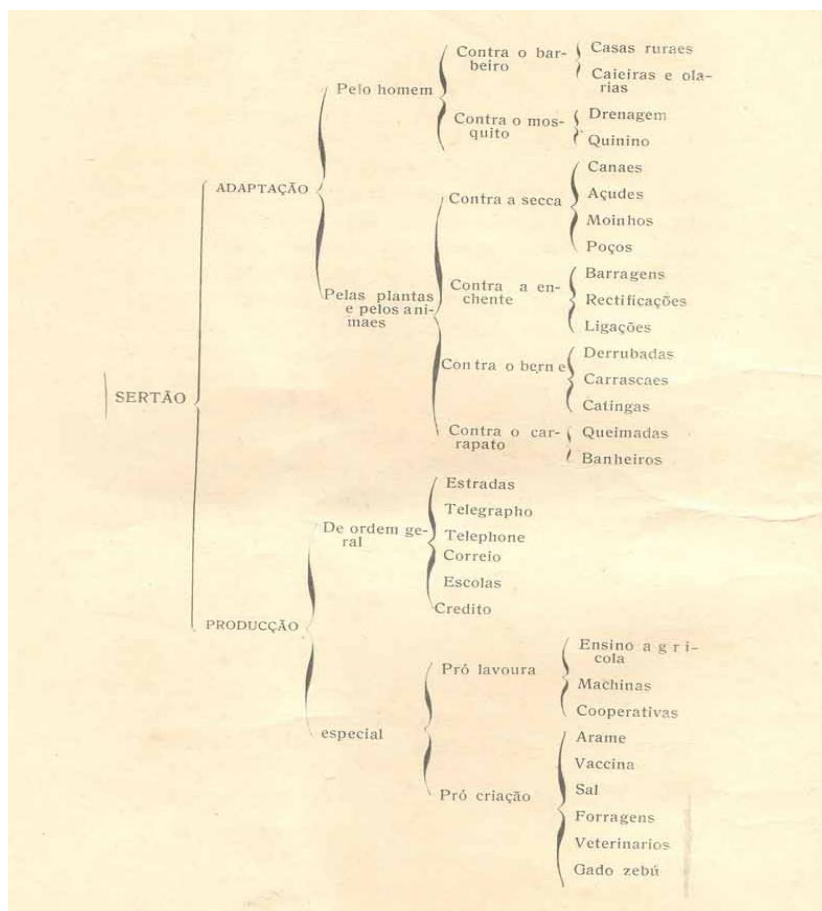
corporativas que negociam com o Estado — especialmente, o Estado Novo — seja pela sua centralidade e presença nos debates sobre o planejamento estatal.

A pecuária zebuína e a revolução interrompida

A partir da revisão de literatura e de seus indícios, é possível recorrer a um conjunto de fontes primárias que auxiliem na sintonização entre as interpretações consolidadas sobre o patronato rural e a interpretação dos criadores de gado zebuino.

A menção de Mendonça apresentada estava inserida em um conjunto de documentos da atividade de Fidélis Reis, incluindo a defesa de um projeto de modernização e o lugar que o gado zebuino tem nesse projeto. Na inserção de Ezequiel Ubatuba enquanto especialista, é mencionado o livro “Os sertões” (CUNHA, 2020) para tratar de um espaço que, se não acompanhar os avanços urbanos, será condenado a violência. O projeto é posto em um diagrama:

Imagem I: Projeto de modernização para o sertão



Fonte: UBATUBA, Ezequiel. O gado Indiano na pecuária nacional. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais; 1916.

O ambiente a ser adaptado é, sobretudo, contraditório. Longe de ser passivo à ação humana, aproxima-se daquilo que Euclides da Cunha define como “uma categoria geográfica que Hegel não citou”, pois as intempéries “não fixam o homem à terra” (CUNHA, 2020, p. 32). Nesse cenário, o sertanejo precisa lutar contra as forças centrífugas do deserto e lidar com uma morfologia que “viola as leis gerais dos climas” (CUNHA, 2020, p. 34).

É exatamente essa caoticidade oriunda do contraste entre a fertilidade e a seca — esse combate incessante contra a natureza descrito por Cunha (2020) — que o ‘zebuzeiro’ pretende adaptar. A natureza rústica, a mesma que forjou os sertanejos de Canudos, deveria ser conquistada para, então, proteger a vida à revelia da participação popular.

No âmbito da modernização, as referências a "Estradas", "Telegrapho", "Telephone", "Correio", "Escolas" e "Credito" evidenciam a necessidade de conectar o interior ao litoral por meio de infraestrutura, comunicação e fomento financeiro e educacional. Nesse amplo projeto de educação, poder político e racialização, há ecos com os projetos dos militares na abolição e instauração da república (SOARES, 2025).

Nesse sentido, a apropriação das ideias de Ubatuba por Fidélis Reis não se desvincula do projeto de racialização do Estado brasileiro defendido por ele enquanto parlamentar (RICCIOPPO, 2014). A negação do negro e a apologia à civilização europeia industrial e republicana eram significantes indiferenciáveis. A diferença, ilustrada pelo documento, é que agora esses elementos ideológicos têm como ápice de sua taxonomia produtiva a criação do gado zebu como raça superior ou mais adequada à produção.

Portanto, o zebu não se apresenta somente como o projeto que direciona preocupações contra-hegemônicas da SNA em relação a SRB àquele tempo, da qual se destaca o ensino agrícola e a profissão do agrônomo, bem como a intervenção estatal e a diversificação produtiva. O que se pode pensar é nos mais diversos ditames do consenso no Estado ampliado republicano, dos militares (sociedade política armada/Estado restrito) aos agrônomos diversos (sociedade econômica/aparelhos privados de hegemonia), o zebu está sendo promovido como elemento de consenso.

Tendo o ano de 1916 como ponto de partida, é possível conduzir uma busca nas edições da revista “A Lavoura” da SNA para pensar como o zebu era tratado e se, até a instauração do Estado

Novo, houve transformação significativa. O artigo “A pecuária nacional e o gado indiano” (COTRIM, ago-dez. 1916, p. 140-141) de Eduardo Cotrim, que insiste que a carne é dura e que é mais prudente preparar a terra para o gado do que o inverso. Já em 1918 é possível ver uma flexibilização da questão no boletim da entidade, quando menciona que mesmo que o gado zebu não seja o tipo ideal para todos os tipos de produção, em vista das variedades geográficas, é digno de nota (A LAVOURA, mai-jun. 1918, p. 228), em que se seguem alguns resultados de um concurso de bois gordos que totalizam 18 menções ao gado zebu ao longo da edição.

Posição semelhante se encontra em 1920, no artigo “O zebu na América do Norte” de Alvaro Ramos, o zebu já parece bem incorporado como possibilidade de criação:

Não me inflam o espirito, tão pouco, idéas jacobinas contra o zebú. Ademais, deante da popularidade do zebú, entre nós, e da justificabilidade da sua utilização em algumas partes do paiz. o importante não seria combater radicalmente tal gado, mas, procurar, dentro do possível orientar aos creadores patricios na pratica desta utilização. (RAMOS, abr-mai. 1920, p. 134)

O gado zebuino se mostra aceito e integrado aos debates a partir de 1920 de tal maneira que, mesmo quando fica impedida a entrada de gado zebuino no Brasil, durante a década de 20, há em 1928 um elogio a um criador que instalou um sítio próprio na Índia para tratar de zebu (A LAVOURA, mar. 1928, p. 75). Isto é, torna-se um assunto comum e em nada parece haver um impeditivo, mesmo que não se verifique a promoção do zebu como gado nacional.

A partir de 1930, a entidade parece voltar a ter atritos, não sobre a criação do zebu, mas sobre as raças nacionais e a mestiçagem. Em “O gado zebú — opinião franca de um criador” (LUTTERBACH, jul. 1932, p. 66), é proposto que o governo impeça a venda de reprodutores mestiços e indique as melhores espécies indianas. Essa preferência a nível nacional parece contrastar com o texto “Criação...” (MAMEDE, jun. 1933, p. 91) que infere serem as qualidades mentais do criador que devem estar em preferência e não a raça, permitindo a livre escolha. Posição semelhante à do primeiro texto é posta em “Problemas da indústria animal do nordeste...” (ALVES, jan. 1934, p. 21-22), em que se defende a mistura do sangue zebuino com algumas raças europeias para melhorar a qualidade da produção na região.

Avançando para o final da década de 1930 e início dos anos 1940, sob a influência do projeto de integração nacionalista do Estado Novo, essa tensão se aprofunda e assume contornos de especialização produtiva e regional. Por um lado, consolida-se a defesa do gado indiano como o grande viabilizador da “Marcha para o Oeste” e da pecuária de corte.

Publicações da época passam a exaltar o “zebú nacional” por sua extrema rusticidade e adaptação, considerando-o a única raça capaz de impulsionar as exportações brasileiras de carne (A LAVOURA, jan.-jun. 1938, p. 12) e combatendo ativamente a persistente “mentalidade anti-zebuística” herdada de pensadores do passado (A LAVOURA, out.-dez. 1941, p. 36). Por outro lado, a resistência à raça recrudescer ferozmente nas bacias focadas na produção de leite.

Nessas zonas, o zebu passa a ser rechaçado como um “reconhecido elemento abastardador” que arruinava o trabalho genético feito com raças europeias (A LAVOURA, mai.-jun. 1941, p. 26), a ponto de articulistas defenderem a intervenção compulsória do Estado na propriedade privada para impedir a introdução de touros zebus em plantéis leiteiros puros e “preservar o patrimônio nacional” (DUVIVIER, ago.-dez. 1942, p. 56). A polarização na SNA, portanto, não se resolve, mas a sua presença na pecuária de corte, especialmente no sertão, se torna um consenso, o qual as disputas seguintes, como a pecuária leiteira, surgem.

Mais afeito, portanto, se supõe a SRB do gado zebuino. As menções já feitas a rodovia podem ser complementadas, seja pela capacidade de ligar Uberaba ao Porto de Santos e a Ribeirão Preto da BR-050, seja pela BR-262, que mesmo que comece em Vitória e termine na fronteira boliviana, é concomitante à SP-310. Também atravessa pela região a BR-153, que tem um entroncamento com a BR-365 e é um importante ponto de ligação do Brasil a cidades como Uberaba ou Barretos, conectando o chamado “Brasil Central” ao sudeste. Todas essas rodovias são importantes exemplos de integração nacional a partir de São Paulo e corredores da mercadoria-zebu.

A Br-050 e seu atravessamento por Ribeirão Preto, também aparece como um ponto plausível de materialidade de um acordo classista, ao ser possível ver uma defesa da infraestrutura interna em uma suposta parceria da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro com o presidente da Associação Rural de Ribeirão Preto na Exposição Regional de Animais, onde afirma que “O Brasil precisa ser brasileiro em todas as latitudes” (JUNQUEIRA apud Zebu, 1946, p. 59), aludindo a ausência de políticas industriais para o “sertão” e insiste: “Dê-nos estradas, transportes, caminhões, tratores e arados, senhores do Governo, e nós transformaremos este país numa terra de abundância eterna.” (JUNQUEIRA apud Zebu, 1946, p. 59).

Outros indícios empíricos fundamentais são as cidades atravessadas pela trajetória política do ex-Ministro Fernando Costa. Nascido em São Paulo, foi prefeito de Pirassununga em 1912, cidade onde hoje estão seus restos mortais junto a um busto, na Universidade de São Paulo, cuja sede em

Pirassununga abriga cursos ligados à agronomia, veterinária e zootecnia. Além de ter ocupado outros cargos, é enquanto Ministro de Getúlio Vargas que essa integração São Paulo-Brasil Central se realiza (CPDOC, 2009).

Isso porque, além da expansão do ensino rural, bandeira da SNA e SRB, também é possível observar a construção de parques de exposição que vão do interior de São Paulo até Uberaba, como o Parque Água Branca em São Paulo, o Parque Permanente de Exposições Fernando Costa em Franca, o Parque Fernando Costa em Uberaba e o Parque de Exposições Dr. Fernando Costa, em Bragança Paulista.

Assim sendo, o projeto do “zebu” assume, direta e indiretamente, a alcunha de paulista. Seja pelas fortes ligações políticas com a SRB, que se espera ter comprovado, bem como com associações e sociedades menores, ou pela existência indireta de um mercado interno e nacionalizado a partir da produção de mercadorias no Sudeste paulista. É evidente que os pecuaristas do Triângulo, politicamente, mobilizaram-se para ampliar ideologicamente o seu espaço nacional na obtenção de maior reconhecimento governamental e até crédito e que isso existiu em conformidade com estratégias plurais, como feiras de gado, organização corporativa, intromissão em outras entidades, até o sigilo das importações, a rede de contatos nacional e internacional etc., mas também chama atenção que a SRB conseguiu preservar seu lugar político a partir da existência de maior disputa regional.

Com base no cruzamento bibliográfico e na análise de fontes primárias, sugere-se o indiciamento de uma nova forma de pesquisar os criadores de gado zebu, tendo em vista, como posto, a condensação da renovação historiográfica proposta em Ângela Castro Gomes:

Um terceiro ponto é, contudo, estratégico em toda essa reflexão. É o que ressalta que este processo não se fez em detrimento e em “oposição”, aos interesses oligárquicos, mas sob seu estímulo e demanda, o que produziu desdobramentos políticos fundamentais. Um deles, foi a precocidade da constituição do Estado como “ator político de soi-même”, isto é, o fato de o Estado no Brasil tornar-se ator privilegiado antes que outros atores coletivos — empresariais e trabalhadores urbanos, por exemplo — tivessem organizado instrumentos de participação realmente competitivos face aos interesses agrários. Esta conclusão acopla-se a várias outras. Não só o Estado brasileiro não perdeu sua identidade sob a dominação oligárquica, como as características de seu processo histórico de formação imprimiram a ele, ainda neste período, uma significativa dimensão autoritária. Além disso e por causa disso, alguns entre os principais atores coletivos da ordem industrial contemporânea — a burocracia civil estatal, as forças armadas e a intelectualidade — adquiriram suas respectivas identidades no curso do referido processo e independentemente da hegemonia de um universo de valores liberais na arena política. (GOMES, 2002, p. 92-93)

Por isso, é possível concluir que o Brasil, exportador de carne bovina da raça zebuína na maior parte de seu território, é um projeto organizado por meio de atores que forjaram suas identidades e as

práticas fundacionais do republicanismo brasileiro na primeira república. Os projetos que de lá emergiram de modernização, de preservação do latifúndio e do gado zebu, em meio às disputas que foram realizadas, se tornaram os consensos que organizam o espaço, as práticas políticas patrimonialistas e o subdesenvolvimento (exportação de matérias-primas de baixo valor agregado) como elemento central da economia.

Conclusão

Se procurou expor o descompasso da literatura regional com os debates sobre as entidades patronais na primeira república e seu processo de transição até o fim do Estado Novo. Nisso, foi necessário que o artigo expusesse o recorte histórico e o que foi produzido pelas entidades, destacando projetos de intervenção de grupos oligárquicos possuidores de um “liberalismo pragmático”. Por conseguinte, foi possível mergulhar nessa literatura e constatar diversas referências ao próprio grupo regionalizado do Triângulo Mineiro na bibliografia, de modo que a comparação se revelou um método profícuo para o direcionamento da questão. Por fim, buscando balizar os indícios e consolidar os caminhos de pesquisa, foi possível recorrer a fontes primárias.

Tais procedimentos permitem pensar que o republicanismo, enquanto aceleração de um projeto e a consolidação da expectativa de futuro de um Brasil moderno, correspondeu a formulação de um conjunto de consensos, nos quais os criadores de gado zebuino estavam presentes. A sua presença permitiu que projetos que não incluíam o zebu o incorporaram em seus desdobramentos.

A infiltração ideológica da proposta do gado indiano é, dessa forma, indiciada como um caminho de pesquisa que ainda precisa percorrer as diferentes transformações que a economia brasileira e o campo sofrem ao longo dos períodos que sucedem os marcos aqui elaborados. Tal qual, é de forte estímulo que um maior número de pesquisas empíricas elucide os processos da primeira república até o fim do Estado Novo.

Fontes primárias

A LAVOURA. Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura, mai.-jun. 1918.

A LAVOURA. Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura, mar. 1928.

A LAVOURA. Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura, jan.-jun. 1938.

A LAVOURA. Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura, mai.-jun. 1941.

- A LAVOURA.** Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura, out.-dez. 1941.
- ALVES. Problemas da indústria animal do nordeste. **A Lavoura**, Rio de Janeiro, jan. 1934, p. 21-22.
- COTRIM, Eduardo. A pecuária nacional e o gado indiano. **A Lavoura**, Rio de Janeiro, ago.-dez. 1916, p. 140-141.
- DUVIVIER. **A Lavoura**, Rio de Janeiro, ago.-dez. 1942, p. 56.
- LUTTERBACH. O gado zebú – opinião franca de um criador. **A Lavoura**, Rio de Janeiro, jul. 1932, p. 66.
- MAMEDE. Criação. **A Lavoura**, Rio de Janeiro, jun. 1933, p. 91.
- RAMOS, Alvaro. O zebú na América do Norte. **A Lavoura**, Rio de Janeiro, abr.-mai. 1920, p. 134.
- UBATUBA, Ezequiel. **O gado Indiano na pecuária nacional**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.
- O DISCURSO do presidente da Ass. Rural. **Zebu**, Uberaba: Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, ago. 1946, p. 59-60.

Referências bibliográficas

- ALVARENGA, Felipe de Melo. **Terra e trabalho na “crise” do corredor cafeeiro: projetos senhoriais, crimes cotidianos e contratos de trabalho entre o final da escravidão e o pós-abolição (Vale do Paraíba Fluminense, 1878-1916)**. São Paulo: Hucitec; ABPHE, 2025.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão de desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- BORGES, Barsanufio Gomides. **Estado e economia no Brasil Central: o poder dos grandes produtores rurais**. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.
- CPDOC. COSTA, Fernando de Sousa. Verbete biográfico. In: **CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, [2009]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-de-sousa-costa>. Acesso em: 19 set. 2025.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Jandira SP: Principis, 2020.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato Raul. **Empresariado Nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- DULCI, Otavio Soares. **Políticas e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- FERNANDES, Florestan. Reflexões sobre as “revoluções interrompidas” (uma rotação de perspectivas). In: Marcio Farias (Org.). **Florestan Fernandes: do protesto negro à revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2025, p. 139-203.
- GOMES, Angela de Castro. A república não-oligárquica e o liberalismo dos empresários. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SILVA Sérgio S (Org.). **História Econômica da Primeira República**. São

Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial, 2002, p. 91- 101.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

FONSECA, André Azevedo da. **A metrópole imaginária**. Curitiba: Editora UFPR, 2020.

FONTES, Virgínia. **Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.

FREYRE, Gilberto. **Nôvo mundo nos trópicos**. São Paulo: Editora Nacional e Editôra da USP, 1971.

LOPES, Maria Antonieta Borges; REZENDE, Eliane Mendonça Marquez de. **ABCZ: 100 anos de História e Histórias**. São Paulo: Bela Vista Cultural, 2019.

MEDRADO, Joana. **Do pastoreio à pecuária: a invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

MEDRADO, Joana. A “guerra contra o zebu”: notas sobre o animal que dividiu as elites pecuaristas brasileiras. **RURIS** (Campinas, Online), Campinas, SP, v. 9, n. 2, 2016. DOI: 10.53000/rr.v9i2.2306.

MEDRADO, Joana. The Indian zebu in Brazilian lands. **Historia Agraria**, 2018, 75: 115-138. doi:10.26882/histagar.075e05m.

MENDONÇA, Sônia Regina; FONTES, Virgínia. História e teoria política. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 55- 71.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Grande propriedade, grandes proprietários: velhas questões, novas abordagens (1890-193). In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SILVA Sérgio S (Org.). **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial, 2002, p. 171-186.

MENDONÇA, Sonia Regina. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Editora Hucitec. 1997.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e classe dominante agrária no Brasil pós 30**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 1981.

OLIVEIRA, Francisco. Deslocamento do centro dinâmico em Celso Furtado. ARAUJO, Tarcisio Patricio; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA, Júnior (Org.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Ipea, 2009, p. 39-49.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da revolução; elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. São Paulo: Boitempo, 2008.

- PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.
- SIMONSEN, Roberto C. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. Edgar Carone (Org.). São Paulo: Comp. Ed. Nacional: Ed. Univ. de S. Paulo, 1973.
- SOARES, Rodrigo Goyena. **Entre Oligarquias: As origens da república brasileira (1870-1920)**. São Paulo: FGV Editora, 2024.
- SOARES, Rodrigo Goyena. Os militares e os usos políticos do abolicionismo. **Anos 90**, v. 27, p. 1-15, 2020.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967.
- SOUZA, Jullyana Lopes Luporini Barbosa de. **Entre a revolução e a Contra Revolução: o posicionamento da burguesia industrial paulista frente o governo de Getúlio Vargas de 1930 a 1932. 2018**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson. Os investimentos estrangeiros no início da industrialização do Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SILVA Sérgio S (Org.). **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial, 2002, p. 261-283.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In: PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira *et al.* **O Brasil republicano, v. 11: economia e cultura (1930-1964)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 135-261.
- VILLAÇA, Paulo Ignacio Corrêa. Sociedade Rural Brasileira (SRB): mediação política e relações internacionais – a indústria pastoril exportadora brasileira (1920-1930). **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, v. 16, n. 00, p. e022012, 2022.